
Motivação para coprodução do bem público: reflexões conceituais e apontamentos de pesquisa.

Joacil Carlos Viana Bezerra (UFPB) - joacilcarlosviana@gmail.com
Antonio Gouveia Junior (UFPB) - agouveiajunior@gmail.com
Carlos Eduardo Cavalcante (UFPB) - cavalcanteeduardo@gmail.com

Resumo:

O objetivo deste artigo é apresentar e discutir o estado da arte sobre as motivações dos cidadãos para a Coprodução do Bem Público (CBP). O propósito é identificar os diversos aspectos que motivam os cidadãos a se envolverem na CBP, seja em parceria com o Estado ou com organizações da sociedade civil, bem como permitir a geração de novos conhecimentos a partir destes aspectos. Como metodologia, a pesquisa utilizou a revisão integrativa da literatura, mediante análise de conteúdo categorial, com a finalidade de reunir e sintetizar os resultados de pesquisas que abordam aspectos que motivam o cidadão a ser coprodutor do bem público. Os aspectos motivacionais apresentados na matriz de síntese apontam as diferentes motivações para o cidadão participar da CBP, deixando latente a complexidade do tema e o quão difícil é propor um modelo de formato único, pois diferentes contextos de coprodução podem exigir estratégias diferentes para engajar o público. Listar estes aspectos é relevante aos gestores públicos e de organizações da sociedade civil, pois poderão nortear as estratégias a serem utilizadas no engajamento do cidadão na CBP. Assim, eles devem adotar diferentes estratégias quanto ao envolvimento dos cidadãos na CBP, levando em consideração que cada participante é único e tem motivações diferentes. Baseando-se nos aspectos analisados, são apresentados questionamentos que contribuem para a formação de uma agenda de pesquisa, bem como auxiliam gestores públicos interessados na coprodução do bem público como estratégia de gestão.

Palavras-chave: Coprodução do bem público; Participação cidadã; Gestão pública; Políticas públicas.

Motivation for the co-production of public good: conceptual reflections and research notes.

Abstract

The purpose of this article is to present and discuss the state of the art on citizens' motivations for the Co-production of the Public Good (CBP). The purpose is to identify the different aspects that motivate citizens to get involved in CBP, either in partnership with the State or with civil society organizations, as well as allowing the generation of new knowledge from these aspects. As a methodology, the research used an integrative literature review, through analysis of categorical content, in order to gather and synthesize the results of research that address aspects that motivate the citizen to be a co-producer of the public good. The motivational aspects presented in the synthesis matrix point out the different motivations for the citizen to participate in the CBP, leaving latent the complexity of the theme and how difficult it is to propose a single size model, because different forms of co-production may require different strategies to engage the public. Listing these aspects is relevant to public managers and civil society organizations, as they can guide the strategies to be used to engage citizens in CBP. Thus, they must adopt different strategies regarding the involvement of citizens in CBP, taking into account that each participant is unique and has different motivations. Based on the analyzed aspects, questions are presented that contribute to the formation of a research agenda, as well as assist public managers interested in the co-production of the public good as a management strategy.

Keywords: Co-production of public good; Citizen participation; Public management; Public policy.

Motivação para coprodução do bem público: reflexões conceituais e apontamentos de pesquisa.

1. Introdução

A participação pública pode ser entendida como o compartilhamento de poder que fará com que os cidadãos sejam efetivamente inseridos em processos de tomadas de decisão ou de execução de serviços em parceria com o Estado. Tal inserção faz com que o cidadão tenha maior participação nas ações governamentais, o que aumenta as percepções de inclusão, justiça e transparência nas ações desempenhadas. Sendo assim, o cidadão pode participar do ciclo de políticas públicas e desempenhar um papel ativo na produção de bens e serviços públicos relevantes para eles e para a comunidade em geral. Deve-se destacar que a integração entre Estado e cidadãos foi observada, inicialmente, em países da Europa e nos Estados Unidos, em alguns tipos de serviços (saúde, educação, segurança), outros continuaram sendo prestados unicamente pelo Estado. Esta participação ativa na produção de bens e serviços públicos pode ser caracterizada como coprodução (Ostrom, 1996).

O conceito de coprodução é polissêmico e, por esta razão, decidiu-se resgatar os conceitos iniciais de Parks et al. (1981) e Ostrom (1996) para, a partir destes, melhor compreender suas variações. Para Parks et al., a coprodução pode ser entendida como sendo uma combinação de esforços produtivos que pode ocorrer diretamente, envolvendo esforços coordenados no mesmo processo produtivo ou indiretamente, por esforços independentes, porém relacionados, dos produtores regulares e consumidores. O termo 'produtores regulares' pode ser entendido como sendo, por exemplo, os profissionais, agentes públicos ou cidadãos que prestam serviços públicos.

Para Ostrom, coprodução é a combinação de atividades em que agentes do serviço público e cidadãos contribuem para a prestação de serviços públicos. A prestação dos serviços públicos não é mais uma atividade exclusiva do Estado, dos seus servidores ou agentes públicos. Esta pode ser coproduzida por usuários, cidadãos e organizações. A importância do estudo da coprodução baseia-se nesta nova forma de prestar serviços públicos, no paradigma da Nova Governança Pública (NPG), conforme Fontes Filho (2014), e pela quebra de concepções tradicionais no planejamento e na gestão dos serviços que precisam ser revisados, na forma de coprodução, promovendo uma maior participação cidadã.

Estudar a participação cidadã é relevante ao passo que pode causar um estreitamento na relação cidadão/Estado. Fatores que influenciam a participação cidadã na coprodução foram abordados, por exemplo, por Voorberg et al. (2014) e Sicilia et al. (2019). No entanto, os estudos não abordam a motivação cidadã para se engajarem na CBP. A participação na coprodução também foi abordada em outros estudos, como por exemplo, Brudney e England, (1983), Bovaird, (2007), Salm e Menegasso (2010), Brandsen e Honingh (2016).

Além dos estudos sobre a participação na coprodução, foram desenvolvidas pesquisas para apontar quem coproduz, o que coproduz e quais os efeitos da coprodução (Verschuere, Brandsen & Pestoff, 2012; Parrado et al., 2013; Bovairdet al., 2015). Seguindo esta mesma linha, alguns estudos realizados no Brasil apontam os efeitos da coprodução (Silva et al., 2016; Age & Schommer, 2017; Rocha et al., 2019), quem coproduz (Ronconi et al., 2011; Schommer et al., 2012; Ribeiro et al., 2015; Soares & Farias, 2019) ou ambos (Salm et al., 2007; Klein Jr. et al., 2012; Chaebo & Medeiros, 2017).

No Brasil, identificamos os estudos de Borges Júnior e Farias (2020) e Bezerra (2020) que trazem apontamentos sobre os fatores que motivam o cidadão a coproduzir. O primeiro

estudo verificou fatores que influenciam a disposição do cidadão em coproduzir serviços públicos de segurança, saúde e meio ambiente no Distrito Federal, bem como o perfil e os hábitos humanos. Enquanto o segundo propõe uma escala para mensurar a motivação do cidadão em coproduzir por meio das Organizações da Sociedade Civil.

Apesar das pesquisas realizadas, pouco se abordou sobre a motivação do cidadão para a coprodução do bem público (CBP). O tema é apontado como sugestão de pesquisas em diversos estudos (Alford, 2002; Verschuere et al., 2012; Van Eijk & Steen, 2014; Fledderus et al., 2015). O que denota que há um campo de pesquisa em processo de sedimentação sobre o aspecto da motivação para a CBP, uma vez que impacta, sobremaneira, na questão do engajamento cidadão e no desenho e desempenho do processo coprodutivo.

Diante do exposto, esta pesquisa pode ser considerada como o esforço inicial na busca de suprir a lacuna apontada e tem a seguinte questão norteadora: quais os motivos que levam os cidadãos a se envolverem na CBP? O objetivo da pesquisa é apresentar e discutir o estado da arte sobre as motivações dos cidadãos para CBP. O estudo pretende avançar na discussão da CBP com ênfase no cidadão e gerando um arcabouço de compreensão sobre quais *inputs* são necessários para influenciar o aspecto motivacional que reverbere em melhorias nas ações públicas cuja a coprodução tenha espaço.

Para tanto, se utilizou como metodologia a revisão integrativa. Para Whittemore e Knafl (2005) este tipo de revisão é capaz de produzir conhecimento de forma mais ampla, por abordar em uma única pesquisa diversos estudos realizados. Os autores apontam ainda, como contribuição da revisão integrativa, a possibilidade de análise de estudos com diversas abordagens metodológicas. A pesquisa seguiu, rigorosamente, as seis etapas propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011) para revisão integrativa, as quais são descritas ao longo do texto.

O presente artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta a CBP com suas características e abordagens; a segunda aponta os procedimentos metodológicos adotados; a terceira destaca os resultados e suas análises; e na última seção são apresentadas as considerações finais.

2. Coprodução do Bem Público

Durante as décadas de 1970 e 1980, nos Estados Unidos, estudiosos argumentavam que os cidadãos, enquanto apenas clientes, receberiam serviços mais efetivos e eficientes, se estes fossem prestados somente por funcionários profissionais (Brandsen & Pestoff, 2006). Depois de estudar, por exemplo, os casos dos serviços policiais não encontraram evidências de que a polícia atuando isoladamente fosse capaz de fornecer um melhor serviço, ou a um custo menor, para todos. Perceberam, ainda, que a produção de um serviço era difícil sem a participação ativa daqueles que, supostamente, seriam beneficiados (Ostrom, 1996). Assim, começaram os esforços para o desenvolvimento do conceito de coprodução.

O conceito inicial foi desenvolvido por Elinor Ostrom e membros da Universidade de Indiana (EUA), no final da década de 1970, para descrever e delimitar o envolvimento dos cidadãos na produção de serviços públicos. Eles definiram o termo coprodução como sendo uma relação que poderia existir entre o “produtor regular”, como os policiais, os professores ou os trabalhadores da saúde, e seus consumidores regulares, que queriam ser beneficiados pelo serviço, em pessoas mais seguras, mais instruídas ou mais saudáveis. Assim, definiram coprodução como um mix de atividades em que tanto os profissionais do setor público como os cidadãos combinam esforços na realização de serviços públicos (Parks et al., 1981; Ostrom, 1996).

Os primeiros conceitos eram centrados apenas no indivíduo e no agente do serviço público, o que representava uma limitação conceitual. Alford (2002), por sua vez, considerou a ampliação de agentes coprodutores em uma organização governamental e trouxe um conceito que incluía cidadãos, voluntários, organizações voluntárias ou comunitárias, outras organizações governamentais e clientes ou usuários de serviços. Estes “agentes” estão presentes em conceitos mais atuais, conforme segue.

Em sintonia com a ideia de Alford (2002), Schommeret al. (2012) apontam que a coprodução do bem público é uma estratégia de produção de bens e serviços públicos em redes e parcerias, contando com engajamento mútuo de governos e cidadãos, individualmente ou em torno de organizações associativas ou econômicas. Na mesma linha, Salm (2014) coloca a coprodução como uma estratégia que permite a produção de bens e serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos.

Esta interação entre os diversos coprodutores facilita a participação na coprodução. Com base na participação, Brudney e England (1983), apontam três níveis, de acordo com o alcance dos benefícios auferidos: individual, grupal e coletiva. Na coprodução individual o cidadão participa da produção do bem ou serviço que ele mesmo usufrui. A coprodução grupal envolve a participação ativa de vários cidadãos e o conjunto de indivíduos melhora a qualidade dos serviços prestados àquele grupo. Por fim, a coprodução coletiva é caracterizada pelo fato de independentemente de quais cidadãos participam do processo de prestação de serviços, os benefícios são usufruídos por toda a comunidade, a partir da cooperação contínua entre profissionais e usuários.

A partir dos conceitos apresentados, percebe-se que a coprodução se alinha à inovação proposta pelo paradigma da NPG, que precisa não apenas de novas ideias, técnicas ou métodos, e sim de práticas que possibilitem mudanças nas relações entre os cidadãos e os provedores de serviços. A NPG tem como pressupostos o fortalecimento das relações do Estado com a sociedade, a construção de redes internas e externas ao governo capazes de prover serviços públicos, o apoio das relações de confiança entre os diversos agentes envolvidos, o entendimento do Estado como organismo plural e é baseada em teorias sociológicas e redes (Fontes Filho, 2014). Assim, tanto a NPG como a CBP apoiam-se na ideia de que o desempenho do Estado, na prestação de serviços públicos, necessita da atuação conjunta de uma variedade de agentes, sejam eles estatais ou não.

Diante do exposto, a CBP se apresenta como um instrumento relevante de mudanças, uma vez que pode, entre outros exemplos, aumentar o envolvimento entre cidadãos e governos para a provisão de bens e serviços, trazer melhorias na prestação dos serviços públicos, promover efetividade nas políticas públicas e atingir metas sociais em várias áreas (Alford, 2002; Pestoff, 2012; Bovaird et al., 2015).

A concepção da coprodução como instrumento de mudança, surge com os estudos sobre a participação cidadã na administração pública (Ostrom, 1996; Verschuere et al., 2012). Os primeiros estudos sobre o tema mostram que existiam esforços de colaboração de várias partes para produzir um resultado comum, seja na forma de produto ou serviço (Sharp, 1980; Parks et al., 1981). O interesse pelo tema pode ser percebido em estudos desenvolvidos na Europa, Estados Unidos e Brasil, com maior enfoque em quem coproduz, o que coproduz e quais os efeitos da coprodução.

Além destes aspectos, estudos sugerem que pesquisas futuras tenham como objetivo a identificação do que motiva o cidadão a coproduzir (Alford, 2002; Verschuere et al., 2012; Van Eijk & Steen, 2014; Fledderus et al., 2015). Para Alford (2002), existem diferentes

motivações e diferentes níveis de disposição do indivíduo em coproduzir, fazendo com que a coprodução aconteça em diferentes contextos, sob os mais variados aspectos motivacionais. O autor destaca, ainda, que as motivações para coproduzir são mais complexas, conforme o valor que o indivíduo atribua ao serviço coproduzido. Adicionalmente, Verschuer et al. (2012) apontam que, além da motivação individual das pessoas para coproduzir, outras circunstâncias influenciam a coprodução.

3. Percorso Metodológico

A pesquisa utilizou como método a revisão integrativa da literatura com a finalidade de identificar estudos que abordam aspectos que motivam o cidadão a se engajar na CBP. A revisão integrativa deve adotar métodos rigorosos de análises com a finalidade de minimizar os riscos e aumentar a confiabilidade na pesquisa (Whittemore & Knafl, 2005). Baseando-se nesses pressupostos, optou-se por seguir as etapas descritas por Botelho et al. (2011) que, na nossa visão, apresentam de forma detalhada as etapas a serem seguidas no desenvolvimento da revisão.

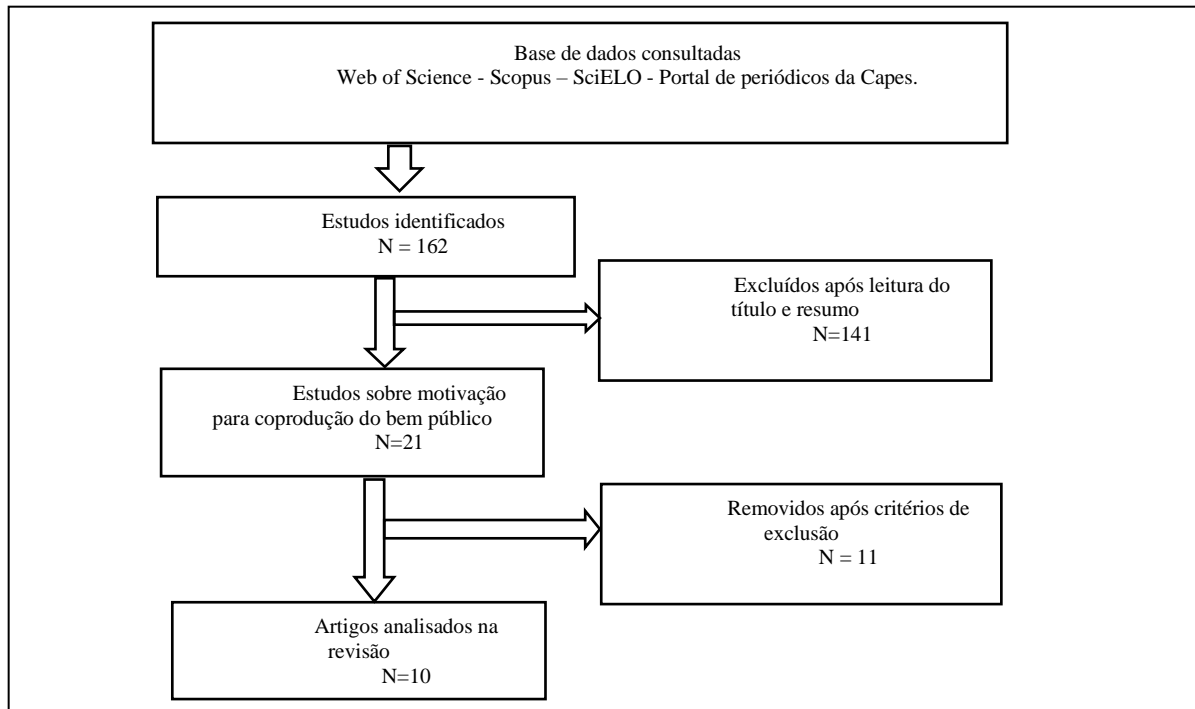
As etapas apresentam estrutura similar às propostas de outros estudos (Ganong, 1987; Torracó, 2005; Whittemore & Knafl, 2005) e são as seguintes: (I) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (II) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (III) Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; (IV) Categorização dos estudos selecionados; (V) Análise e interpretação dos resultados; e (VI) Apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

A primeira etapa do trabalho consistiu na escolha do tema e na definição da questão a ser respondida na pesquisa. Assim, definiu-se que o tema abordado seria a motivação para CBP com o objetivo de responder à seguinte questão: quais os motivos que levam os cidadãos a se envolverem na CBP? Em seguida foram definidos os descritores e as estratégias de busca, conforme segue.

Foram utilizadas as seguintes bases de dados: *Web of Science*, *Scopus*, *Scientific Electronic Library Online – SciELO* e o Portal de periódicos da Capes. O acesso às bases foi realizado no período entre março e junho de 2019. A busca foi realizada utilizando-se os seguintes termos: “*co-production*” OR “*co-producing*” OR “*co-produce*” OR “*coproduction*” AND “*motivations*” OR “*motivating*” OR “*motivated*” OR “*engagement*” OR “*engaging*”. As buscas foram realizadas por título e por resumo, sem o filtro “idioma” e “período de publicação”, resultando em 162 artigos.

Tomando-se por base a questão da pesquisa foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão. Adotou-se como critérios de inclusão: (I) estudos publicados na forma de artigo científico; (II) trabalhos disponíveis na íntegra; e (III) tratar sobre os aspectos motivacionais para a CBP. Os critérios de exclusão foram: (I) trabalhos repetidos em diferentes bases de dados; (II) artigos não disponíveis na íntegra; (III) estudos sobre coprodução em outras áreas, como marketing e cinema. Após a aplicação desses critérios, restaram 21 artigos. Os procedimentos estão sintetizados na Figura 1.

Figura 1 - Descrição do método de seleção da revisão integrativa



Fonte: elaborada pelos autores (2020).

Foi realizada leitura dos resumos, bem como da introdução dos 21 artigos constantes do Quadro 1, com a finalidade de selecionar os estudos a serem analisados integralmente nesta revisão. O Quadro 1 apresenta os estudos analisados, o objetivo e os motivos de inclusão e exclusão. Percebe-se a concentração dos estudos sobre motivação para CBP após 2012. Este aspecto da concentração dos artigos em um período recente, foi abordado, também, no estudo de Sicilia et al. (2019).

Quadro 1 – Estudos Pré-Selecionados na Segunda Etapa

NR	Título	Autor(es)	Objetivo/Decisão
1	Explaining participation in coproduction: A study of volunteers	Sundeen (1988)	Analisa o nível de participação – Exclusão
2	Why do public-sector clients' coproduce? toward a contingency theory	Alford (2002)	Aponta cinco possíveis motivadores da coprodução – Inclusão
3	Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence	Pestoff (2012)	Aborda as diversas formas de participação – Inclusão
4	Participation of clients in public services: the aspect of motivating	Petukiene et al. (2012)	Aponta aspectos materiais e não materiais como motivadores – Inclusão
5	Co-production: The State of the Art in Research and the Future Agenda	Verschuere et al. (2012)	Aponta quem coproduz – Exclusão
6	Correlates of co-production: evidence from a five-nation survey of citizens	Parrado et al. (2013)	Aborda a coprodução individual e coletiva – Exclusão
7	Why People Co-Produce: Analyzing citizens' perceptions on co-planning engagement in health care services	Van Eijk e Steen (2014)	Testa aspectos motivacionais abordados anteriormente – Exclusão

continua

Quadro 1 – Estudos Pré-Selecionados na Segunda Etapa (continuação)			
NR	Título	Autor(es)	Objetivo/Decisão
8	Co-production of public services in Australia: the roles of government organizations and co-producers	Alford e Yates (2015)	Testa aspectos motivacionais abordados anteriormente – Exclusão
9	Activating Citizens to Participate in Collective Co-Production of Public Services	Bovaird et al. (2015)	Aborda a coprodução individual e coletiva – Exclusão
10	Does User Co-Production of Public Service Delivery Increase Satisfaction and Trust? Evidence from a Vignette Experiment	Fledderus (2015)	Aborda os níveis de satisfação e confiança do cidadão coprodutor – Exclusão
11	Why people co-produce within activation services: the necessity of motivation and trust – an investigation of selection biases in a municipal activation programmer in the Netherlands	Fledderus e Honingh (2016)	Analisa a motivação do cidadão em diversos contextos – Inclusão
12	User co-production of public service delivery: an uncertainty approach	Fledderus et al. (2015)	Explica as estratégias adotadas pelo governo para a coprodução – Exclusão
13	Co-producing a nicer neighborhood: why do people participate in community development projects?	Vanleene et al. (2015)	Testa hipóteses para indicar aspectos motivacionais – Inclusão
14	Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK	Bovaird et al. (2016).	Analisa a motivação para a coprodução sob cinco aspectos – Inclusão
15	Uncharted Territoriality in Coproduction: The Motivations for 311 Reporting	O'Brien et al. (2017)	Testa aspectos motivacionais abordados anteriormente – Exclusão
16	Who you are/where you live? do neighborhood characteristics explain co-production	Thijssen e Van Dooren (2016)	Analisa a motivação para a coprodução sob três correntes da literatura – Inclusão
17	Looking beyond the Simplistic Ideals of Participatory Projects: Fostering Effective Co-production?	Tuurnas (2016)	Analisa a promoção da coprodução pelos agentes públicos – Exclusão
18	Why engage in co-production of public services? mixing theory and empirical evidence	Van Eijk e Steen (2016)	Analisa a motivação para coprodução sob três conjuntos de fatores – Inclusão
19	Co-producing safety in the local community: A Q-methodology study on the incentives of Belgian and Dutch members of neighborhood watch schemes	Van Eijk et al. (2017)	Analisa a motivação do cidadão em coproduzir segurança para o bairro onde reside – Inclusão
20	Is volunteering always voluntary? Between compulsion and coercion in co-production	Tõnurist e Surva (2017)	Analisa como o Estado interfere na coprodução dos serviços – Exclusão
21	Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia	Uzochukwu e Thomas (2018)	Testa hipóteses para indicar aspectos motivacionais – Inclusão

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

As leituras provocaram a exclusão de 11 artigos conforme listado acima. Além das explicações expostas no quadro, a decisão também se fundamentou em razão dos estudos apresentarem alguns elementos incompatíveis com os objetivos desta revisão, como por exemplo: poucos avanços sobre a temática abordada nesta pesquisa; testes de aspectos motivacionais já abordados em outros estudos e abordagem motivacional do ponto de vista do Estado ou dos gestores públicos.

Encerrada a terceira etapa desta revisão, restaram 10 estudos, que foram analisados na íntegra via análise de conteúdo categorial. A análise categorial consiste em fragmentar textos em categorias semelhantes, com a finalidade de atribuir sentidos comunicativos ou frequências que levem o pesquisador ao seu objetivo. Tal fragmentação é utilizada quando se quer identificar valores, opiniões, atitudes e crenças (Oliveira, 2008).

4. Análise dos Resultados e Agenda De Pesquisa

O esforço aqui empregado foi para interpretar com clareza o que leva o cidadão a coproduzir com o Estado. Na maioria das vezes os aspectos estavam expressos, literalmente, no corpo dos artigos, porém, em outros casos foi preciso nomear tais aspectos para a construção das categorias que motivam o cidadão a coproduzir. As diversas categorias oriundas dos trabalhos analisados são apresentadas no quadro 2.

Conceituar os fatores que podem influenciar na coprodução, foi o objetivo do estudo realizado por Alford (2002). A partir de literaturas sobre motivação de clientes e voluntários, o autor cita cinco possíveis motivadores da coprodução: (I) sanções, (II) recompensas materiais, (III) recompensas intrínsecas, (IV) incentivos solidários e (V) recursos normativos. Estudos posteriores vão corroborar e refutar alguns destes fatores.

Aspectos materiais - brindes e vantagem direta para o coprodutor - e aspectos não materiais - competência, propósito, responsividade e pertencimento a um grupo - são identificados no estudo. Estes aspectos mostram que fazer uma abordagem do valor, material e não material, do bem coproduzido pode ser determinante para a motivação do cidadão. O valor do bem pode, por exemplo, despertar o cidadão para CBP. Assim surge o seguinte questionamento: Quais aspectos materiais e não materiais são determinantes para o envolvimento do cidadão na CBP?

Aspecto não material, por exemplo, a facilidade de envolvimento (PESTOFF, 2012) depende, entre outras coisas, da distância até o provedor de serviços e das informações sobre o serviço a ser desenvolvido. Estes aspectos, juntamente com o tempo disponível, podem ser vistos como os custos de transação da participação e levam ao seguinte questionamento: Será que quanto menor forem os custos de transação para o cidadão, mais fácil será sua participação na CBP? Pestoff (2012) aponta que quando uma pessoa sentir que um serviço é muito relevante para ela ou seus familiares existe uma probabilidade maior em coproduzir aquele serviço. Tal afirmação nos remete ao custo para o cidadão coproduzir, bem como a motivação intrínseca e egocêntrica (ALFORD, 2002).

Recompensas materiais e não materiais como influenciadores na motivação foram abordadas também por Petukiene et al. (2012) em estudo realizado na Lituânia. Os autores trazem que os relacionamentos construídos sobre confiança mútua, o respeito, a crença no poder da comunidade e a união são aspectos que podem motivar o cidadão a coproduzir junto com o Estado. Estes aspectos estão relacionados com os 'incentivos solidários' apontados por Alford (2002), demonstrando que, por vezes, os estudos analisam o mesmo aspecto, porém com terminologias diferentes. O estudo alega, ainda, que as recompensas materiais não são

tão eficazes para motivar o cidadão a coproduzir e que as motivações egocêntricas são potencializadoras da CBP.

As motivações egocêntricas estão relacionadas com as motivações intrínsecas que partem da ideia de que alguém participa de certas atividades porque acha as atividades interessantes, dignas e agradáveis. Enquanto que as motivações extrínsecas baseiam-se na expectativa de recompensas materiais ou punição (sanção) de uma parte externa. Motivações intrínsecas também aparecem como potencializadoras da CBP em Fledderus e Honingh (2016) ao analisarem a participação de cidadãos holandeses em organizações da sociedade civil.

Quanto às motivações extrínsecas verificamos que exercem uma influência mínima na motivação do cidadão, corroborando com Vanleene et al. (2015). Por outro lado, as motivações intrínsecas são fortes gatilhos para coproduzir. Assim, surge mais uma oportunidade de pesquisa: Quais fatores intrínsecos e extrínsecos são determinantes para a participação cidadã na CBP?

Outros aspectos identificados nos estudos analisados são: a facilidade no envolvimento, a sociabilidade, a satisfação com o serviço prestado, os objetivos do cidadão, a importância do serviço, as condições de realização do serviço, o desempenho público, as iniciativas de envolvimento desenvolvidas pelo Estado ou pelas Organizações da Sociedade Civil, a autoeficácia e as características pessoais dos coprodutores (Bovaird et al., 2016).

A categoria “condições” está relacionada à percepção dos cidadãos sobre a existência de um problema sério a ser enfrentado. O “desempenho público” se refere à percepção dos cidadãos de quão bem o setor público está enfrentando esse problema, enquanto que a categoria “iniciativas de envolvimento público” verifica a percepção dos cidadãos de como o setor público os envolve no enfrentamento do problema ou na melhoria do serviço. A “autoeficácia”, por sua vez, é a percepção dos cidadãos de que “as pessoas podem fazer a diferença” se envolvendo em um serviço ou problema. E, por fim, as “características pessoais” se preocupam com idade, sexo, nível educacional, localização, origem étnica. Pesquisas futuras sobre motivação em CBP podem explorar estas “categorias” de forma isolada ou conjuntamente. Como sugestão deixamos uma pergunta a ser explorada: Qual o perfil do cidadão que participa na CBP?

Analisar o perfil do cidadão que coproduz (gênero, idade, etnia, tempo de moradia na cidade e composição familiar) trará informações relevantes, pois estudos apontam que quanto maior a idade, mais o cidadão está propenso a coproduzir e que a variável gênero não é significativa para a participação do cidadão. Ou seja, a participação em atividades de coprodução é influenciada pelo perfil sociodemográfico do indivíduo (Thijssen & Van Dooren, 2016; Bovaird et al., 2016; Borges Júnior & Farias, 2020; Bezerra, 2020).

Para explicar a participação do cidadão em processos coprodutivos Van Eijk e Steen (2016) construíram um modelo teórico e testaram em quatro casos de coprodução na Holanda e na Bélgica. Os autores assumem que três conjuntos de fatores podem impactar na decisão dos cidadãos em participar da coprodução de serviços públicos: (I) percepções da tarefa de coprodução e competência para contribuir, (II) características individuais em termos de perfil socioeconômico e conectividade social, e (III) motivações de interesse próprio e foco na comunidade. Os achados corroboram com nossa percepção de que as categorias são semelhantes, porém com terminologias diferentes.

O conjunto de fatores apresentado acima serve para responder ao questionamento de por que os cidadãos se envolvem em processos de coprodução de serviços públicos e confirmam aspectos apontados como motivadores (fatores sociopsicológicos, variáveis

socioeconômicas, conexões sociais, motivações egocêntricas e centradas na comunidade) nos estudos de Alford (2002), Pestoff (2012), Vanleene et al., (2015) e Thijssen e Van Dooren (2016). Porém, a contribuição do modelo para os estudos sobre a motivação para a CBP reside em poder adicionar outras variáveis e testá-lo em outros contextos. Por exemplo, identificar se no cenário brasileiro o ponto de partida para o cidadão se engajar na CBP é a relevância do serviço prestado e o sentimento de insatisfação com os mesmos.

A segurança é outro aspecto que aparece na CBP versando sobre como os cidadãos se envolvem e coproduzem segurança em suas comunidades (Van Eijk et al., 2017). No tocante à segurança, os aspectos que despontam como motivadores são: a relevância do assunto, a facilidade para se envolver, a competência para participar da atividade, a sensação de confiança no governo, interesse próprio e melhoria da comunidade. Os cidadãos geralmente participam na coprodução da segurança do bairro para promoverem o bem-estar de outras pessoas e para a sociedade em geral, além de que suas participações podem trazer recompensas pessoais e benefícios diretos para eles (Borges Júnior & Farias, 2020).

Percebemos que os cidadãos se engajam por meio de motivações egocêntricas, mas também estão motivados a participarem de serviços que tragam benefícios à comunidade em geral, que seria interpretado por Alford (2002) como incentivos solidários e classificado no conjunto das motivações de interesse próprio e foco na comunidade de Van Eijk e Steen (2016). Assim, concluímos que as pessoas têm motivações diferentes para participarem da CBP.

Corroborando com a conclusão acima, Uzochukwu e Thomas (2018) propuseram um conjunto de hipóteses sobre o envolvimento do cidadão na CBP abordando aspectos como eficácia, capacidade, motivação de serviço público, desejo de fazer a diferença, senso de dever cívico, contexto da coprodução, necessidades pessoais e necessidades de serviço. O estudo aponta o senso de eficácia pessoal (sentindo-se capaz de fazer a diferença) que foi apontado por 63% dos entrevistados como maior aspecto motivacional. A motivação de serviço público (sentir que era seu dever) foi o segundo aspecto indicado e sentir-se conectado com a comunidade, o terceiro.

Tomando-se por base estas análises e visando colaborar com pesquisadores interessados na temática, elaboramos a matriz de síntese caracterizada pelo quadro 2. A matriz apresenta as categorias que motivam os cidadãos a se engajarem na CBP. Agrupamos em 10 categorias os aspectos que mais se destacaram como motivadores nos trabalhos analisados.

Quadro 2 – Categorias Motivacionais Para A CBP

Categorias	Estudos
Autoeficácia	Bovaird et al. (2016), Van Eijk e Steen (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018)
Confiança no provedor do serviço	Bovaird et al. (2016), Thijssen e Van Dooren (2016) e Van Eijk e Steen (2016)
Distância até o provedor do serviço	Pestoff (2012), Thijssen e Van Dooren (2016) e Van Eijk e Steen (2016)
Fatores sociodemográfico	Bovaird et al. (2016), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk e Steen (2016), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018)
Incentivos solidários	Alford (2002), Fledderus e Honingh (2016), Vanleene, Verschuere e Voets (2015), Van Eijk e Steen (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018)
Informações sobre o serviço	Pestoff (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2015), Bovaird et al. (2016), Van Eijk e Steen (2016) e Van Eijk, Steen e Verschuere (2017)
Tempo disponível	Pestoff (2012), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk e Steen (2016) e Uzochukwu e Thomas (2018)
continua	

Quadro 2 – Categorias Motivacionais Para A CBP (continuação)	
Categorias	Estudos
Recompensas intrínsecas	Alford (2002), Petukiene, Tijunaitiene e Damkuvieni (2012), Fledderus e Honingh (2016), Vanleene, Verschuere e Voets (2015), Van Eijk e Steen (2016), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018)
Motivações centradas na comunidade	Vanleene, Verschuere e Voets (2015), Thijssen e Van Dooren (2016), Van Eijk e Steen (2016), Van Eijk, Steen e Verschuere (2017) e Uzochukwu e Thomas (2018)
Relevância do serviço	Pestoff (2012), Vanleene, Verschuere e Voets (2015), Thijssen e Van Dooren (2016) e Van Eijk e Steen (2016)

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Visando facilitar pesquisas futuras, o quadro aponta a categoria e indica em qual estudo ela é abordada. Pesquisas futuras sobre motivação em CBP podem explorar estas categorias de forma isolada ou conjuntamente. Reforçamos que as categorias não são exaustivas e que podem ser encontrados outros termos nos trabalhos analisados.

Utilizaremos algumas terminologias para deixarmos clara a ênfase dada acima. De um modo geral, as pessoas se engajam na coprodução por uma variedade de razões, algumas tendo a ver com orientações psicológicas pessoais (capacidade percebida de influenciar, desejo de fazer a diferença e sentir a responsabilidade de servir) e outras relacionadas a necessidades pessoais de serviço. Estas são terminologias que aparecem nos estudos analisados, porém não chegam a formar uma categoria, por exemplo.

Merece destaque a categoria ‘motivação centrada na comunidade’ que tem características semelhantes com a dimensão ‘sociabilidade’ em Bezerra (2020). Esta categoria apresenta-se como um diferencial nos estudos analisados (Alford, 2002; Petukiene et al., 2012; Van Eijk & Steen, 2016; Van Eijk et al., 2017; Uzochukwu & Thomas, 2018), uma vez que ao citá-la os participantes enfatizam que ‘ter voz’ é fundamental para seu engajamento na coprodução. Ainda neste ‘ter voz’, Bovaird et al., 2016, apontaram que a participação em fóruns e colegiados aumentava à proporção que as políticas públicas eram desenvolvidas para a comunidade participante, como por exemplo no orçamento participativo. Assim, os gestores públicos devem investir na abordagem da comunidade para atrair os coprodutores.

Para além dos fatores que motivam a participação do cidadão, sugerimos que sejam realizadas pesquisas com os aspectos que impedem a participação do cidadão na CBP. Estas “barreiras” são citadas em vários estudos (Pestoff, 2012; Van Eijk & Steen, 2016; Van Eijk et al., 2017; Uzochukwu & Thomas, 2018). Como exemplos: falta de familiaridade com o serviço a ser desenvolvido, sentir que a prestação de serviços está funcionando bem o suficiente para tornar sua participação desnecessária, sentir que a produção de serviços é um trabalho do governo e não deve exigir assistência dos cidadãos e a falta de competência para realizar tal serviço.

5. Considerações Finais

Esta revisão percorreu todas as etapas propostas ao (I) delimitar o tema e definir a questão de pesquisa; (II) explicitar a forma de busca dos estudos, resultando em 162 trabalhos; (III) aplicar critérios de inclusão e exclusão, gerando a pré-seleção de 21 trabalhos sintetizados (Quadro 1); (IV) categorizar os estudos selecionados; (V) criar uma matriz de síntese com os 10 estudos analisados (Quadro 2); (VI) realizar a análise e interpretação dos dados e (VII) apresentar as considerações que seguem.

O artigo teve por objetivo apresentar e discutir o estado da arte sobre as motivações dos cidadãos para CBP. O propósito foi responder quais os motivos que levam os cidadãos a

se envolverem na CBP, bem como permitir a geração de novos conhecimentos a partir dos resultados. Acreditamos que, ao longo do artigo, sua questão norteadora foi respondida e conseguimos provocar algum avanço na discussão do que leva o cidadão a coproduzir, seja em parceria com o Estado ou com organizações da sociedade civil.

A elaboração do quadro 2 é um esforço inicial para criar categorias que motivam o cidadão a coproduzir e tentar minimizar a variação na nomenclatura dos aspectos motivacionais apontados nos diversos estudos. Acreditamos que futuros pesquisadores podem valer-se das categorias listadas no citado quadro em suas pesquisas. Buscando atender o lado social da pesquisa, apontamos alguns aspectos contidos nas categorias e que podem servir de base para os gestores públicos interessados em implementar/incrementar processos de CBP.

Apontamos que os cidadãos são mais propensos a relatar altos níveis de envolvimento na CBP quando são consultados pelo setor público, desde que estas consultas tragam efeitos reais e não sejam apenas informações não utilizadas pelos gestores. Outros aspectos que merecem destaque são: a competência do cidadão para tomar decisões nas atividades que irá desenvolver, o cidadão perceber que sua atuação melhora os serviços públicos ofertados à sociedade, o serviço ser realizado perto da comunidade onde o cidadão reside, realização de serviços que exijam pouco esforço físico e mental, quanto mais tempo livre tiver o cidadão mais ele estará motivado a coproduzir, prestação de serviço que faça com que o cidadão sintase membro ativo na sociedade e possa realizar novas amizades. A importância do serviço para o cidadão ou para um familiar também é fator crucial para sua participação, e o cidadão sente-se mais motivado a participar da CBP ao perceber que outras pessoas também coproduzem.

Estes aspectos evidenciam que não há um modelo ou formato único para os diferentes contextos da coprodução. Logo, os gestores devem adotar diferentes estratégias destinadas ao envolvimento dos cidadãos, para maximizar o potencial da CBP, levando em consideração que cada participante é único e tem motivações diferentes. As várias razões pelas quais os usuários coproduzem, ilustram como é difícil projetar serviços acessíveis e bem-sucedidos. No entanto, acreditamos que a partir dos resultados apresentados neste estudo, os gestores serão capazes de identificar cidadãos para se envolverem na CBP.

Diante da complexidade de explicar quais fatores levam o indivíduo a coproduzir, foram elaboradas 10 categorias motivacionais nesta revisão de literatura, corroborando com Alford (2002) ao apontar que as pessoas não são motivadas, exclusivamente, porque têm um interesse material em fazê-lo. Adicionalmente, este trabalho de revisão apresenta contribuições à medida que apresenta lacunas e oportunidades para estudos futuros. Sugerimos, como ponto de partida a utilização das 10 categorias, seguidos dos diversos questionamentos apresentados ao longo do texto.

Para além dos questionamentos e sugestões de pesquisas apresentadas ao longo do texto, sugerimos a realização de estudos empíricos envolvendo diversos setores da sociedade com a finalidade de confirmar, refutar ou acrescentar categoria as listadas neste estudo.

Acreditamos que, além das contribuições apresentadas pelas análises de diversas pesquisas, este estudo pode ser o início da exploração de uma lacuna do conhecimento academicamente ainda pouco estudada, mas empiricamente latente no Brasil, que é compreender o que leva o indivíduo a participar de processos de coprodução do bem público.

Referências

- Age, L. M., & Schommer, P. C. (2017). Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 413-434. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017170026>
- Alford, J. (2002). Why Do Public-Sector Clients Coproduce? Toward a Contingency Theory. *Administration & Society*, 34(1), 32–56. <https://doi.org/10.1177/0095399702034001004>
- Bezerra, J. C. V. (2020). Motivação para coprodução do bem público: construção de uma escala. *Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Administração*, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 138 f.
- Borges Júnior, J. M., & Farias, J. S. (2020). Factors influencing citizens' willingness to co-produce: a study from the perspective of citizens residing in the Brazilian Federal District. *Organizações & Sociedade*, 27(95), 726-756.
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. de A., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- Bovaird, T. (2007). Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. *Public Administration Review*, 67, 846-860. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00773.x>
- Bovaird, T., Ryzin, V. G., Loeffler, E., & Parrado, S. (2015). Activating Citizens to Participate in Collective Co-Production of Public Services. *Journal of Social Policy*, 44(1), 1-23. <https://doi.org/10.1017/S0047279414000567>
- Bovaird, T., Stoker, G., Jones, T., Loeffler, E., & Roncancio, P. M. (2016). Activating collective co-production of public services: influencing citizens to participate in complex governance mechanisms in the UK. *International Review of Administrative Sciences*, 82(1), 47–68. <https://doi.org/10.1177/0020852314566009>
- Brandsen, T., & Pestoff, V. (2006) Co-production, the third sector and the delivery of public services, *Public Management Review*, 8(4), 493-501.
- Brandsen, T., & Honingh, M. (2016). Distinguishing Different Types of Coproduction: A Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions. *Public Admin Rev*, 76: 427-435. <https://doi.org/10.1111/puar.12465>
- Brudney, J. L., & England, R. E. (1983). Toward a definition of the coproduction concept. *Public Administration Review*, 43(1), 59-65.
- Chaebo, G., & Medeiros, J. (2017). Participação direta em coprodução é democrática? Controle vetorial da dengue em Campo Grande – MS. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 22(71).
- Fledderus, J. (2015). Does User Co-Production of Public Service Delivery Increase Satisfaction and Trust? Evidence From a Vignette Experiment. *International Journal of Public Administration*, 38, 1-12.

Fledderus, J., & Honingh, M. (2015). Why People Co-Produce within Activation Services: The Necessity of Motivation and Trust—An Investigation of Selection Biases in a Municipal Activation Programme in the Netherlands. *International Review of Administrative Sciences*, 82. <https://doi.org/10.1177/0020852314566006>

Fledderus, J., Brandsen, T., & Honingh, M. E. (2015). User co-production of public service delivery: An uncertainty approach. *Public Policy and Administration*, 30(2), 145–164. <https://doi.org/10.1177/0952076715572362>

Fontes-Filho, J. R. (2014). “Da nova gestão pública à nova governança pública: as novas exigências de profissionalização da função pública”. *XIX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública*, novembro, Quito, Ecuador.

Ganong, L. H. (1987). Integrative reviews of nursing research. *Research in nursing & health*, 10(1), 1–11. <https://doi.org/10.1002/nur.4770100103>

Klein Jr, V. H., Salm, J. F., Heidemann, F. G., & Menegasso, M. E. (2012). Participação e coprodução em política habitacional: estudo de um programa de construção de moradias em SC. *Revista de Administração Pública*, 46(1), 25–48. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000100003>

Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista Enfermagem, UERJ/Rio de Janeiro*, 16(4), 569-76.

Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: Coproduction, synergy, and development. *World Development*, 24(6), 1073–1087. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(96\)00023-X](https://doi.org/10.1016/0305-750X(96)00023-X)

Parks, R.B., Baker, P.C., Kiser, L., Oakerson, R., Ostrom, E., Ostrom, V., Percy, S.L., Vandivort, M.B., Whitaker, G.P., & Wilson, R. (1981). Consumers as coproducers of public services: some economic and institutional considerations. *Policy Studies Journal*, 9, 1001-1011. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.1981.tb01208.x>

Parrado, S., Gregg, G., Ryzin, V., Bovaird, T., & Löffler, E. (2013). Correlates of Co-production: Evidence from a Five-Nation Survey of Citizens, *International Public Management Journal*, 16(1), 85-112. <https://doi.org/10.1080/10967494.2013.796260>

Pestoff, V. (2012). Co-production and third sector social services in Europe—Some crucial conceptual issues. In: Pestoff, V., Brandsen, T., & B. Verschuere, B. (Eds.). *New public governance, the third sector and co-production (Chap. 2)*. London: Routledge

Petukiene, E., Tijnaitine, R., & Damkuvienė, M. (2012). Participation of clients in public services: the aspect of motivating. *Inžinerine Ekonomika - Engineering Economics*, 23(3), 301–309.

Ribeiro, A., Andion, C., & Burigo, F. (2015). Ação coletiva e coprodução para o desenvolvimento rural: um estudo de caso do Colegiado de Desenvolvimento Territorial da Serra Catarinense. *Revista de Administração Pública*, 49(1), 119 a 140. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/42967>

Rocha, A., Schommer, P., Debetir, E., & Pinheiro, D. (2019). Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 24(78).

Ronconi, L. F. A., Debetir, E., & Mattia, C. (2011). Conselhos Gestores de Políticas Públicas: potenciais espaços para a coprodução dos serviços públicos. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 14(3), 46-59.

Salm, J. F. (2014) Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 42-44.

Salm, J. F.; & Menegasso, M. E. (2010). Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. *Anais do XXXIV Enanpad*.

Salm, J. F., Menegasso, M. E., & Ribeiro, R. M. (2007). Co-produção do bem público e o desenvolvimento da cidadania: o caso do Proerd em Santa Catarina. *Revista Alcance*, 14(2), 231-246.

Schommer, P. C., Nunes, J. T., & Moraes, R. L. (2012). Accountability, controle social e coprodução do bem público: a atuação de vinte observatórios sociais brasileiros voltados à cidadania e à educação fiscal. *Publicações da Escola da AGU: Gestão Pública Democrática*, Brasília, 4(18), 229-258.

Sharp, E. B. (1980). Toward a New Understanding of Urban Services and Citizen Participation: The Coproduction Concept. *Midwest Review of Public Administration*, 14(2), 105-118. <https://doi.org/10.1177/027507408001400203>

Sicilia, M., Sancino, A., Nabatchi T., & Guarini, E. (2019). Facilitating co-production in public services: management implications from a systematic literature review. *Public Money & Management*, 39(4), 233-240. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1592904>

Silva, F. A., Knoll, A., & Moretto Neto, L. (2016). A Coprodução de Serviço Público na Reciclagem de Resíduos Sólidos: Estudo no Município de Florianópolis. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE*, 7(3), 64-76.

Soares, G., & Farias, J. (2019). Com quem a escola pode contar? A coprodução do Ensino Fundamental público por familiares de estudantes. *Revista de Administração Pública*, 53(2), 310-330.

Thijssen, P., & Van Dooren, W. (2016). Who you are/where you live: do neighborhood characteristics explain co-production? *International Review of Administrative Sciences*, 82(1), 88-109. <https://doi.org/10.1177/0020852315570554>

Torraco, R. J. (2005). Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. *Human Resource Development Review*, 4(3), 356-367. <https://doi.org/10.1177/1534484305278283>

Uzochukwu, K., & Thomas, J. C. (2018). Who Engages in the Coproduction of Local Public Services and Why? The Case of Atlanta, Georgia. *Public Admin Rev*, 78: 514-526. <https://doi.org/10.1111/puar.12893>

Van Eijk, C. J. A., & Steen, T. P. S. (2016). Why engage in co-production of public services? Mixing theory and empirical evidence. *International Review of Administrative Sciences*, 82(1), 28–46. <https://doi.org/10.1177/0020852314566007>

Van Eijk, C. J. A., Steen, T. P. S., & Verschuere, B. (2017). Co-Producing Safety in the Local Community: A Q-Methodology Study on the Incentives of Belgian and Dutch Members of Neighborhood Watch Schemes. *Local Government Studies*, (43, 3), 323–343.

Vanleene, D., Verschuere, B., & Voets, J. (2015). Co-Producing a Nicer Neighborhood: Why Do People Participate in Community Development Projects? *Paper presented at the IIAS Study Group on Co-Production*, Nijmegen.

Verschuere, B., Brandsen, T., & Pestoff, V. (2012). Co-Production: The State of the Art in Research and the Future Agenda. *Voluntas*, 23(4), 1083–1101. <https://doi.org/10.1007/s11266-012-9307-8>.

Voorberg, W. H., Bekkers, V. J. J. M., & Tummers, L. G. (2015). A Systematic Review of Co-Creation and Co-Production: Embarking on the social innovation journey. *Public Management Review*, 17(9), 1333-1357. <https://doi.org/10.1080/14719037.2014.930505>

Whittemore, R., & Knafl, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of advanced nursing*, 52(5), 546–553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>